

## Aposentadoria Especial: Audiências discutiram a sua retomada

### Para FNU e entidades esse é um direito de todos os eletricitários

Foi realizada na terça-feira, dia 22 de fevereiro, em Brasília, duas decisivas audiências para discutir a volta da aposentadoria especial para os trabalhadores do setor elétrico brasileiro. A primeira aconteceu com o Secretário de Política de Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães, que de início apresentou a redação do Decreto com a inclusão da radiação não ionizante na classificação dos agentes nocivos do anexo IV do regulamento da Previdência Social para aqueles com 25 anos de trabalho.

A bancada sindical composta pela FNU, STIU-DF, SINTRESC, SINDELETRO-CE, SINDURB- PE, SINDIELETRO-MG, SINERGIA-ES, SINERGIA-SP e CGT considerou importante a proposta de redação em função de anos de luta, quando este direito nos foi retirado de forma arbitrária pelo governo FHC em 1995. Porém, alertamos que será preciso acompanhar as instruções normativas do INSS para saber quais trabalhadores e trabalhadoras terão a aposentadoria especial de volta. Já que na redação apresentada deixava de fora, por exemplo, os eletricitários de linha de distribuição, aqueles que atuam na manutenção das redes, como também alguns trabalhadores da manutenção e operação do sistema elétrico.

Essa diferenciação com relação algumas atividades na redação do Ministério se baseou na resolução da ANEEL, que fala sobre o limite de tensão igual ou superior a 2,3 kV e o entendimento de trabalho no lugar da exposição a campos elétricos e magnéticos na área de geração, transmissão e distribuição em tensão primária de distribuição. A bancada sindical falou da importância de se rediscutir essa redação, até mesmo

para fazer justiça com todos os trabalhadores que se expõem diariamente a grandes riscos.

Na segunda Audiência com o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, o Presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild, e o consultor jurídico do INSS, a bancada sindical, reafirmou que não pactuará a volta da aposentadoria especial deixando de fora os trabalhadores eletricitistas que trabalham na rede de distribuição e expostos e muito próximos a radiação não ionizante da rede primária. Pois, são estes trabalhadores e trabalhadoras que mais tem sofrido graves acidentes no trabalho, muitos perdendo a própria vida, e com o novo FAP há o risco de alta rotatividade, na medida em que estes trabalhadores vão envelhecendo o risco de acidentes aumenta.

Não vamos concordar com a redação do decreto que venha a liquidar a possibilidade dos trabalhadores buscarem seu direito a aposentadoria especial na justiça. Até porque são estes trabalhadores que mais tem conseguido êxito nas ações judiciais para preservar a vida e se aposentar antes que façam parte das tristes estatísticas de acidentes de trabalho.

A FNU e as entidades sindicais analisam como positiva as audiências realizadas, pois trouxe um grande avanço, já que antes pouco se cogitava sobre a retomada da aposentadoria especial, agora por decreto estamos próximos de ter esse direito que nos foi roubado. Ainda, é fundamental ajustes em sua redação para não deixar de fora nenhum trabalhador que tenha direito.



Bancada Sindical e o Ministro da Previdência

---

## **FNU contratou Biofísico para provar os riscos das atividades**

---

A FNU contratou o parecer do biofísico, Dr. Nestor Mendez, especialista em estudos de radiação em campos elétricos e magnéticos - CEM em frequência de 60 HZ, para fazer uma apresentação para o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves e o Presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild, provando com base científica todos os riscos do trabalho com esta exposição à radiação.

Na audiência também foi apresentando ao Ministro da Previdência Social estudos que apontam para um tempo de vida em torno de 62 anos para os trabalhadores eletricitários expostos a CEM. O Dr.

Nestor criticou a adoção pela lei 11934/2009 e pela ANEEL de limites de radiação da ICNIRP, entidade não-governamental sem vínculos com a OMS – Organização Mundial de Saúde, ele ainda argumentou que vários países não adotam estes limites.

Durante a audiência esteve presente também o Deputado Federal Jorge Boeira (PT-SC), que foi um dos articuladores do encontro do Ministro com a bancada Sindical.



**Presidente da FNU, Franklin Moreira, o terceiro da esquerda para a direita, argumenta sobre a necessidade da mudança na redação do decreto**

---

## **Dia 14 de março nova reunião**

---

No dia 01 de março as entidades sindicais apresentarão a proposta de redação para o ministério da previdência, que irá analisar nossa proposta e apresentará sua posição final do dia 14 de março.

Esperamos que desta vez prevaleça o bom senso e que se faça justiça, afinal estamos falando de um direito legítimo dos trabalhadores que deve ser respeitado. A bancada sindical, tendo a frente à FNU, estará presente cobrando justiça para todos os trabalhadores do setor elétrico brasileiro.

---

**APOSENTADORIA ESPECIAL É UM DIREITO DE TODOS OS ELETRICITÁRIOS**

---